ATA RELATIVA À AUDIÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 003/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA – SECRETARIA DA FAZENDA - ELABORAÇÃO DA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2026

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de 2025, a Prefeitura Municipal de Indaiatuba, através da Secretaria da Fazenda, em cumprimento ao que estabelece a legislação em vigor, especialmente ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000, art. 48, § único, realiza a audiência pública eletrônica durante o processo de elaboração da LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, através da disponibilização de arquivo, contendo as informações preparadas pela área fazendária. A apresentação ficará disponível para consulta através do link: https://www.indaiatuba.sp.gov.br/fazenda/orcamento/, conforme divulgação no *site* da Prefeitura e na Imprensa Oficial. Também foi disponibilizado o e-mail: fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br, como canal de interação com os munícipes para esclarecimento de dúvidas ou para a oferta de contribuições, visando assegurar a transparência e a ampliação da participação popular no sentido de esclarecer a sociedade sobre a elaboração da LOA 2026 e aproveitar as sugestões para o aperfeiçoamento constante dos programas de governo, possibilitando a construção de um planejamento voltado ao desenvolvimento social e econômico sustentável do município, proporcionando maior efetividade à gestão pública, em mais esta oportunidade. Além disso, com o fito de identificar quanto às áreas consideradas prioritárias e obter subsídios adicionais que pudessem aprimorar não apenas o projeto em tela mas todas as peças de planejamento com exigência de elaboração neste exercício - especialmente o PPA - Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029 - foi disponibilizada no período de 17 de março p.p. a 31 de maio p.p. a ferramenta "Planejamento Interativo", que viabilizou a participação popular no planejamento orçamentário de forma interativa no mesmo link: https://www.indaiatuba.sp.gov.br/fazenda/orcamento/, permitindo o aproveitamento da referida consulta pública em todas as peças de planejamento de elaboração obrigatória neste exercício. As sugestões ofertadas pelos munícipes através da ferramenta "Planejamento Interativo" foram encaminhadas às áreas técnicas para a tramitação necessária e também foram disponibilizadas pelo Departamento de Planejamento, subordinado à Chefia do Gabinete de Coordenação Institucional no link da ferramenta. A apresentação disponibilizada em meio eletrônico é conduzida pela Secretária Adjunta da Fazenda, Paula Fernanda Sciamarelli, que inicia a exposição explicando que o orçamento é uma das peças do sistema de planejamento orçamentário (PPA-LDO-LOA), elaborada anualmente no exercício anterior a sua execução, por todos os entes da federação (União, Estados e Municípios). Expõe que o orçamento é a peça que é executada por todo o período de um ano, tratando dos recursos que serão arrecadados (impostos, taxas, contribuições, transferências, outras) - denominados de receita pública; e que, através do planejamento estratégico, serão destinados para as ações prioritárias e serviços essenciais em cada esfera de governo, representando uma fatia do PPA – Plano Plurianual. Explana que esse planejamento elaborado anualmente é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar os investimentos que serão priorizados de acordo com toda a codificação orçamentária utilizada para identificar cada área da administração: saúde, educação e assim por diante e que, embora o financiamento de todas estas despesas conte com previsão constitucional para o compartilhamento de ações e recursos de acordo com pacto federativo, envolvendo esforços da União, Estados e Municípios, é no município que tudo isso acontece e muitas vezes sem a cooperação adequada por parte das demais esferas de governo. Em seguida, apresenta um diagrama para explicar a origem do orçamento, mencionando que ele faz parte de uma cadeia de planejamento que começa no Plano Plurianual, elaborado no primeiro ano de mandato do Prefeito para vigorar a partir de seu segundo ano do mandato até o primeiro ano da gestão seguinte, devendo ser a tradução do plano de governo, segregando as metas e prioridades que serão executadas ou que

pretende-se executar anualmente, nos próximos 04 (quatro) anos, sendo que para tanto, a despesa deve estar condicionada a realidade arrecadatória, a fim de que o equilíbrio orçamentário não seja comprometido, podendo, em função das variáveis envolvidas, implicar até mesmo na redução ou adiamento das metas. Explica que no orçamento ocorre todo um detalhamento baseado em uma codificação padronizada para assegurar a transparência e a consolidação das contas a nível nacional, para se identificar tudo o que se arrecada e tudo o que se gasta, onde ocorre toda a alocação dos recursos em termos de receita e despesa, para que se coloque em prática o PPA, o plano de 04 anos, considerando que a LOA é a peça mais operacional dentre as peças que compõem o sistema de planejamento orçamentário PPA-LDO-LOA. Reforça que uma vez elaborado o PPA, ele é dividido para ser executado em um período de 04 (quatro) anos sendo que, para cada um destes 04 (quatro) exercícios, será elaborada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que vai orientar a elaboração do orçamento, através da fixação de metas fiscais, informando de onde virão os recursos para o que se pretende executar no próximo ano, para, em seguida, tudo isto ser codificado na linguagem da contabilidade pública e valorizado em termos financeiros no momento do orçamento, sendo que a audiência aborda a elaboração da peça que representa o último estágio de todo o clico de planejamento preparado no exercício de 2025 para vigorar em 2026, situando a fase do sistema de planejamento orçamentário em que a Administração se encontra: LOA 2026. Enfatiza que, após a elaboração do PPA, que espelha o plano de governo para um período de quatro anos e, da LDO, que define as metas fiscais e prioridades para o exercício seguinte, é o orçamento que viabiliza na prática o plano de governo explicando também como estas peças se relacionam entre si e que o orçamento do município abrange o Poder Legislativo (Câmara Municipal) e todos os órgãos do Poder Executivo – Administração Direta (Prefeitura) e Administração Indireta [Autarquias (SAAE e SERPEV) e Fundação (FIEC)]. Explana sobre as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos mecanismos para que o equilíbrio fiscal não seja comprometido. Informa também sobre o conteúdo da proposta orçamentária, que prevê o orçamento fiscal e da seguridade social, que contempla a previsão da receita e a fixação da despesa, além dos anexos que obedecem a toda uma codificação padronizada e definida para a Contabilidade Pública (classificação institucional, funcional-programática, por categoria econômica), a fim de permitir a consolidação das contas públicas pela Secretaria do Tesouro Nacional e a identificação tanto das receitas como das despesas, com uma breve explicação sobre cada uma delas, e, também sobre o princípio do equilíbrio orçamentário. Esclarece sobre a necessidade de adequação das peças de planejamento durante a fase de execução orçamentária em função do cenário econômico dinâmico e ocorrência de situações imprevistas para justificar a autorização legislativa contida no projeto para a realização de alterações orçamentárias nos termos da Lei Federal nº 4.320/64. Comenta sobre a estrutura do orçamento baseado na classificação institucional que reflete a estrutura organizacional e administrativa dos órgãos públicos do município (secretarias, autarquias, fundação, Câmara Municipal), estando, portanto, todas representadas no orçamento, porque o orçamento engloba todas as estruturas existentes no município. Informa, em seguida, sobre a vinculação de toda a estrutura institucional a suas respectivas áreas de atuação, através da classificação funcional-programática, ressaltando a importância dos códigos utilizados e de todas as suas significâncias, tanto para a identificação das receitas quanto das despesas, apresentando o orçamento da Secretaria Municipal de Educação para ilustrar a explicação, ressaltando que o orçamento público não se limita a um conjunto de códigos e números, mas sim que é uma peça que viabiliza a realização do planejamento estratégico. Explica que, a partir do planejamento estratégico, onde são realizados os levantamentos de diagnósticos da situação dos programas desenvolvidos pela Administração, busca-se o aperfeiçoamento de forma constante, levando em consideração o plano de governo, os planos municipais setoriais , a participação dos conselhos, a participação popular através de diversos canais alternativos de comunicação

(audiências com o Prefeito, redes sociais, sites, aplicativos de mensagens, atendimento telefônico e plataforma Minha Indaiatuba), e então é elaborado o planejamento orçamentário, quando são conciliadas todas as informações e delineadas as despesas, face a realidade arrecadatória e a perspectiva de futuro, determinando-se o que é possível constar da proposta orçamentária para o exercício seguinte, de forma que a peça orçamentária, através de seu conjunto de códigos e valores, viabiliza a execução do planejamento estratégico que constou do PPA e da LDO. Contextualiza que o orçamento é construído em um ambiente ainda mais abrangente que o PPA, que envolve o trabalho de uma equipe com representantes de todas as unidades, a participação popular, as redes sociais, as audiências públicas, os planos setoriais, os conselhos municipais, os vereadores que são os representantes do povo, legislações específicas, órgãos de fiscalização (TCESP, STM, CGU, Ministério Público), cenário econômico e situações adversas, de forma que ele não sai simplesmente da cabeça do Prefeito, mas sim que resulta da convergência de todos estes elementos que orbitam o sistema de planejamento. Também informa sobre a ferramenta "Planejamento Interativo" que viabilizou a participação popular no planejamento orçamentário, através da seleção de prioridades e oferta de sugestões, de forma eletrônica, permitindo o aproveitamento da referida consulta pública em todas as peças de planejamento elaboradas neste exercício, tendo sido disponibilizada desde o momento da elaboração da LDO 2026. Informa que as demandas e sugestões sempre são submetidas aos órgãos setoriais de governo para análise técnica, o que envolve a verificação da pertinência, validade, legalidade, viabilidade e oportunidade de seu acolhimento, para, em seguida serem encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo que determinará ou não a inclusão nas peças de planejamento, em função das diretrizes orçamentário-financeiras e de governo. Discorre sobre a finalidade do orçamento, consistindo na administração e controle de todos os recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos e de sua destinação, assegurando primeiramente a manutenção dos serviços públicos existentes para então determinar as eventuais disponibilidades para investimentos, citando alguns exemplos. Continuando a apresentação, a Secretária Adjunta da Fazenda discorre sobre a montagem do orçamento, que diante do montante de arrecadação previsto, procura-se num primeiro momento assegurar as despesas contínuas de manutenção de todas as entidades que compõem o orçamento público municipal (Prefeitura, Câmara, SAAE, SEPREV e FIEC), para somente depois programar os investimentos, comparando ao orçamento doméstico para ilustrar a metodologia utilizada, simulando, inclusive, a ocorrência de situações adversas. Menciona também a questão das receitas vinculadas, das legislações específicas e comenta sobre a constatação de que as demandas são ilimitadas e de que os recursos são escassos, a cada edição das peças de planejamento, sendo, portanto, a identificação anual de prioridades uma tarefa de extrema importância. Acrescenta quanto a dificuldade de previsão das receitas, pois, na prática, durante a execução do orçamento, estas podem superar ou frustrar as expectativas gerando excesso ou déficit de arrecadação, e que a Administração não pode gastar mais do que arrecada sem fontes de receitas permanentes, porque se assim o fizer, incorre em crime de responsabilidade fiscal. Expõe também sobre as interferências externas as quais o planejamento está sujeito, principalmente por conta do cenário econômico doméstico e internacional, eventos inesperados, como ocorreu em relação ao evento pandêmico e a guerra entre Rússia e Ucrânia, modificações na legislação, alteração no critério de rateio dos recursos, de forma que após a elaboração do orçamento, também a etapa da execução orçamentária demanda acompanhamentos e adaptações de forma frequente, citando uma grande preocupação com a implementação da Reforma Tributária, pois existe possibilidade do município ter seus níveis de arrecadação ou potencial de crescimento afetados. Antes de apresentar as informações numéricas e específicas da peça orçamentária de 2026, a Secretária Adjunta da Fazenda comenta sobre a importância de se analisar a economia nacional e internacional para se conseguir fazer um orçamento factível e realista, condizente com o ambiente econômico,

apesar de todas as incertezas e de todo o dinamismo, para compreender os impactos de todos os indicadores no dia a dia da Administração. Em seguida, faz uma contextualização da conjuntura econômica do ano em que se dá a elaboração desse instrumento de planejamento e das previsões para 2026. Ilustra as informações apresentadas com recortes de matérias econômicas e gráficos, mencionando a dificuldade de planejar diante das variáveis econômicas a nível de Estado de São Paulo, de Brasil e de mundo, repisando que tudo isto afeta o desempenho da arrecadação municipal, exigindo muito critério e muita cautela na formatação do orçamento a fim de torná-lo factível e executável, e, assegurando ainda, o compromisso da administração de sempre buscar o desenvolvimento do município e o equilíbrio das contas públicas. Demonstra a trajetória das variáveis econômicas e suas perspectivas futuras, uma vez que influenciam a definição das metas fiscais na elaboração das diretrizes orçamentárias (PIB, Inflação, Taxa de Juros - SELIC), e demandam eventuais ajustes no momento de elaboração do orçamento, exibindo gráficos e dados de segmentos econômicos, inclusive o Relatório FOCUS do Banco Central, alertando que se tratam de previsões e não de precisões, porque não existe “bola-de-cristal” para fazer o planejamento. Pontua quanto as previsões contidas no Boletim Focus: IPCA, PIB, SELIC e Câmbio, que é um boletim semanal, e que se as previsões podem mudar em uma semana, podemos traçar um paralelo para tentar dimensionar o quanto a peça orçamentária que é elaborada para vigorar no ano seguinte pode demandar ajustes. Comenta que a inflação oficial medida pelo IPCA-IBGE foi de 0,48% em setembro, nos últimos 12 meses a variação foi de 5,17%, acima do centro da meta que é de 3,00% e o mercado está projetando que a inflação tende a encerrar ano em 4,72% e, portanto, também acima do teto da meta, razão pela qual o COPOM vem mantendo a taxa de juros elevada, sendo que para 2026 a expectativa é de uma inflação de 4,28%. Explica que conforme noticiado, tal movimento ocorre devido a força da atividade econômica, favorecendo a expansão do consumo das famílias e ao comportamento dos serviços cujos preços estão subindo, sendo função do COPOM executar a política monetária proposta, mostrando para a sociedade, de forma transparente, o compromisso do Banco Central com a estabilidade de preços, até por questão de conferir credibilidade a gestão fiscal do governo. Informa que as projeções indicam que a SELIC deve permanecer em 15% a.a. até o final do ano de 2025 devido ao cenário econômico de elevada incerteza, mas que para 2026 há previsão de redução dos juros, devendo a taxa básica alcançar 12,25% a.a., embora ainda expressa em dois dígitos. Enfatiza que o cenário econômico é dinâmico e as providências vão sendo tomadas conforme a situação se apresenta, sendo interessante mencionar que nem sempre as previsões se concretizam demandando muitas vezes adequação no planejamento, de forma que o movimento da taxa Selic à época da elaboração de cada uma das peças de planejamento pode ser distinto, podendo ocorrer uma situação ainda diversa na execução orçamentária. Ressalta que a questão fiscal sempre pesa na decisão dos diretores do Banco Central diante da insistência arrecadatória do governo federal e nenhuma sinalização quanto ao corte de gastos, medida esta que muito ajudaria na redução dos juros de forma sustentável e sem sacrificar o crescimento econômico. Acrescenta que pelo exposto, a Administração não pode fazer o orçamento e esquecê-lo, achando que está tudo sob controle, pelo contrário, é necessário acompanhar constantemente o dinamismo da economia, realizar as adequações e tomar as decisões a tempo de assegurar o equilíbrio orçamentário durante a execução da LOA, ou seja, diariamente. Em seguida, apresentou informações sobre o PIB brasileiro, de 0,4% de crescimento no segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre, demonstrando uma forte desaceleração, quando comparado ao resultado do trimestre anterior, em que houve um crescimento de 1,3%, movimento este que era esperado devido a política contracionista do Banco Central com a finalidade de conter a inflação, acrescentando que para 2026 a perspectiva de crescimento do país é de 1,80%, e, que apesar de estar abaixo da média anual e distante das taxas de crescimento das grandes economias, é positiva. Expôs que para os

próximos anos está sendo esperada uma desaceleração na economia global e que as projeções de crescimento são inferiores. Posteriormente apresenta o resultado do PIB Paulista para o segundo trimestre, o qual apresentou uma desaceleração econômica de 0,2% em relação ao trimestre anterior e um crescimento de 0,4% em relação ao segundo trimestre de 2024, sendo que o cenário econômico do Estado de São Paulo muito interessa ao município, pois a maior fatia da arrecadação de Indaiatuba é o ICMS cuja competência tributária é do governo estadual. Discorre sobre os pontos mais importantes divulgados pela Fundação SEADE na análise da economia paulista, demonstrando que as perspectivas de crescimento econômico do Estado em 2025 situa-se entre 0,9% e 1,5% no período analisado, o que revela um desempenho inferior ao projetado para economia brasileira, sendo que os demais indicadores da economia paulista também indicam a desaceleração da economia, destacando um ambiente internacional com concorrência acirrada e incertezas, dificultando as empresas paulistas acessarem mercados externos. Dando continuidade à apresentação, a Secretária Adjunta destaca que o índice definitivo de participação de Indaiatuba na arrecadação do ICMS do Governo do Estado a vigorar em 2026 registrou elevação de 1,53% em relação ao índice em vigor em 2025, sendo um fator positivo e que foi contemplado na previsão de arrecadação constante da proposta orçamentária para o próximo ano, sendo imprescindível que a base de cálculo do imposto não sofra variações negativas para que o resultado repercuta positivamente para os municípios, do contrário, somente a elevação do índice não surtirá os benefícios esperados. Informa que também a análise divulgada pela Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento e constante no Relatório da Receita Tributária aponta um desempenho geral pífio para o conjunto de indicadores da arrecadação de agosto, tanto em relação aos indicadores de curto prazo quanto aos indicadores de tendência, sendo que a análise do ICMS apresenta como resultado uma queda de 3,5% em relação ao valor arrecadado no mesmo mês de 2024, e um aumento de 3,0% no comparativo da arrecadação acumuladas nos doze meses terminados em agosto, variação esta que apesar de positiva, está abaixo da inflação registrada no período, refletindo um cenário de contração da política monetária e aumento da incerteza, inclusive por questões externas e revelando um momento desfavorável para a economia paulista. A Secretária Adjunta informa que a taxa de desemprego que ficou em 5,6% em agosto, repetindo a mínima histórica verificada em julho, de acordo com os registros do IBGE. Passando para a contextualização do cenário econômico internacional, apresenta uma ilustração de um avião que normalmente é utilizada para fazer uma analogia a economia global, com as asas simbolizando as duas grandes economias dos Estados Unidos e da China, chamando a atenção para o fato de que instabilidades em uma dessas asas podem impactar o mundo inteiro, sendo responsáveis por manter o equilíbrio e a estabilidade da economia global. Comentou brevemente sobre o panorama atual destas duas potências e também das demais economias como Índia, Sudeste Asiático, Zona do Euro, concluindo que na conjuntura econômica global as previsões são de que ainda serão enfrentadas diversas incertezas por questões geopolíticas, fenômenos climáticos e dinâmicas macroeconômicas, estando prevista também uma desaceleração econômica global, e, tudo isso, caso não surjam outros fatores capazes de provocar pressões inflacionárias e, como óbvio, qualquer um dos eventos citados pode impactar o Brasil. Continua a apresentação trazendo uma curiosidade sobre o evento do “tarifaço” de Trump que abalou a economia mundial e como ele afetou o índice de incerteza de política econômica dos EUA, tendo superado até mesmo a pandemia de covid-19. Na sequência, diz que para 2026 é aguardada uma recuperação gradual tanto no Brasil quanto no mundo, com foco no crescimento sustentável, inovação com a revolução tecnológica em curso, especialmente em áreas como a inteligência artificial e a transição energética, que serão motores de crescimento econômico, além de ajustes fiscais necessários para manter a estabilidade econômica. Na esfera municipal, inicia explicando que em relação a despesa, a conduta da Administração é a de realizar esforços contínuos no sentido de promover a sua compatibilização à realidade

arrecadatória e priorizar o atendimento as áreas socialmente sensíveis, apurando-se primeiramente o custo fixo da máquina administrativa para em seguida alocar a parcela possível para os investimentos. Salienta que a arrecadação de 2025 está sendo realizada conforme o previsto e apresentando até excesso de arrecadação, conforme já demonstrado na audiência de avaliação das metas fiscais do 2º Quadrimestre, de forma que as contas permanecem em situação de equilíbrio, não se fazendo necessária a adoção de qualquer providência de contingenciamento prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo que os resultados positivos e com potencial de replicação nos exercícios futuros foram incorporados a previsão da receita de 2026. Lembra que apesar de o município integrar um espaço muito desenvolvido e promissor como a Região Metropolitana de Campinas, há muita preocupação com o futuro por conta dos efeitos ainda não conhecidos da Reforma Tributária, pois existem reais possibilidades de a nossa região ser afetada de forma muito negativa, em razão das mudanças nas regras de repartição das receitas e na dinâmica de arrecadação entre os entes federados, sem qualquer esforço adicional da União. Discorre sobre as dificuldades de elaborar o orçamento com uma antecedência considerável de tempo em relação à execução orçamentária, considerando que o cenário macroeconômico é muito dinâmico, o que reforça a necessidade não só planejar, mas também de adaptar o planejamento municipal a todas as adversidades, a fim de que Indaiatuba não passe integrar as tristes estatísticas de municípios com contas no vermelho, sendo uma tarefa extremamente desafiadora, principalmente diante da possibilidade da ocorrência de eventos imprevisíveis e da magnitude desconhecida de seus desdobramentos. Expõe que a Administração não inicia o exercício financeiro com o valor do orçamento em caixa, que a arrecadação vai ocorrendo aos poucos, diariamente, durante todo o exercício, lembrando que o acompanhamento constante da execução orçamentária é imprescindível para avaliar a concretização ou não da previsão arrecadatória, pois é ela que viabiliza as despesas e o atendimento dos anseios da população. Na sequência, demonstra as principais fontes de receitas do município e os impactos econômicos que podem influenciar o desempenho da arrecadação, citando ao final um artigo do Conselheiro do TCESP, Dimas Ramalho, que reforça as preocupações e inseguranças com a implantação da Reforma Tributária. Passa então a apresentação do conteúdo da proposta orçamentária para o exercício de 2026, no montante de R$ 2.715.000.000,00 (dois bilhões, setecentos e quinze milhões de reais), lembrando que o orçamento municipal consolida as informações de todos os órgãos: Autarquias (SAAE e SEPREV), Fundação (FIEC), Poder Legislativo e Prefeitura. Compara o valor previsto com a LOA de 2025 em execução e com a LDO de 2026, justificando a variação positiva de 5,01% em relação ao valor constante nos anexos de metas fiscais da LDO, basicamente em função do cenário econômico que apresentou um desempenho positivo contribuindo para a elevação da receita de impostos, da receita de serviços do SAAE, do acréscimo da receita patrimonial por conta das aplicações financeiras que são afetadas pela elevação da taxa SELIC e da operação de crédito contratada junto ao FONPLATA para Programa Integrado de Saneamento e Recursos Hídricos – Rio Jundiaí Limpo a ser executada pelo SAAE, devido a alteração do cronograma por conta do andamento dos processos licitatórios, de forma que parte dos recursos previstos para entrar no exercício de 2025 tendem a entrar somente nos próximos exercícios, consignando que as alterações promovidas não afetarão as metas fiscais, que são compatibilizadas no momento da elaboração da peça orçamentária, para assegurar o equilíbrio das contas, em anexo próprio. Destaca que a redução do valor projetado da dívida consolidada se deu por conta da alteração do cronograma de desembolso da operação de crédito do FONPLATA, mas que após ocorrerem todas as liberações, a tendência da dívida é somente diminuir à medida que as prestações do financiamento vão sendo pagas. Informa que a meta de resultado primário é impactada no exercício em que ocorre a contratação da operação de crédito e pelo montante da receita proveniente de aplicações financeiras. Posteriormente, apresenta as diversas informações

relacionadas as receitas e as despesas que compõem peça orçamentária sob a forma de planilhas, gráficos, em valores numéricos e percentuais, aplicações mínimas constitucionais em Saúde e Educação; a composição do orçamento municipal (por entidades e órgãos); a composição das receitas públicas por categoria econômica (receitas correntes e de capital e seus respectivos subgrupos); a composição das despesas públicas por categoria econômica (despesas correntes e de capital e seus respectivos subgrupos) e também por função de governo. Apresenta individualmente os orçamentos das secretarias municipais e, na sequência, o orçamento programado para o Poder Legislativo: Câmara Municipal; e, para a Administração Indireta (autarquias e fundação): SAAE, SEPREV e FIEC. Ao final, reforça a importância do planejamento para a concretização do orçamento e, consequentemente, do Plano Plurianual, enfatizando a necessidade de agir com prudência e dentro da legalidade na gestão dos recursos públicos, lembrando que o orçamento é treino, e que o jogo acontece somente na execução orçamentária, demandando o seu acompanhamento para que façam as intervenções necessárias diante de quaisquer imprevistos a fim de que não se comprometam os resultados, porque uma falha no orçamento pode levar a paralisação de uma obra e a aplicação de calote em fornecedores, prestadores de serviços, fornecedores, funcionários, terceiro setor e principalmente na sociedade, que tanto contribui e tem todo o direito de receber um trabalho bem feito e a usufruir dos resultados do planejamento que se originam nas promessas de campanha dos gestores, considerando que o objetivo do orçamento é viabilizar o planejamento estratégico da Administração. Destaca alguns reconhecimentos e prêmios que cidade de Indaiatuba conquistou no ano, como o bicampeonato no Prêmio Band Cidades Excelentes em "Governança, Eficiência Fiscal e Transparência"; a conquista do terceiro lugar no Índice de Governança Municipal do Conselho Federal de Administração; a homenagem na comemoração de 10 anos do Índice de Efetividade da gestão Municipal (IEG-M), em que o município foi reconhecido pelas boas práticas na área da saúde com o "Projeto de Vacinação Extramuros", que amplia a cobertura vacinal da população, com ações fora das unidades de saúde, além de outras iniciativas da área da saúde finalistas na premiação da Editora Abril; e, por fim, a Educação de Indaiatuba que também foi destaque no Programa Alfabetiza Juntos SP do Governo do Estado, sendo que 22 (vinte e duas) escolas conquistaram o Prêmio Excelência Educacional em reconhecimento as metas atingidas na avaliação do SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) e a cidade também ganhou o Prêmio Destaque em Alfabetização, por ter os melhores resultados na Avaliação de Fluência Leitora. Cita novamente quanto a disponibilização do e-mail: fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br para o esclarecimento de dúvidas e/ou encaminhamento de sugestões sobre o tema da audiência, encerrando a exposição. O vídeo da audiência da Lei Orçamentária para o exercício de 2026 tem duração de 2 (duas) horas e 09 (nove) minutos e foi disponibilizado na data e horário convencionados. Registro que as sugestões recebidas na ocasião da disponibilização da ferramenta "Planejamento Interativo" foram avaliadas pela Administração e divulgadas pelo Departamento de Planejamento, subordinado à Chefia do Gabinete de Coordenação Institucional, no mesmo link https://www.indaiatuba.sp.gov.br/fazenda/orcamento/ e que, neste segundo momento, após a disponibilização da apresentação, não houve o encaminhamento de dúvidas e/ou sugestões por e-mail no prazo assinalado, qual seja: 31/10/2025. Eu, Paula Fernanda Sciamarelli, Secretária Adjunta da Fazenda, lavrei e assinei a presente ata. Indaiatuba, em 06 de novembro de 2025.

PAULA FERNANDA SCIAMARELLI:15044724890

Assinado digitalmente por PAULA FERNANDA SCIAMARELLI:15044724890
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=58379843000120, OU=presencial, CN=PAULA FERNANDA SCIAMARELLI:15044724890
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.11.06 18:12:55-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0